

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE ALUNOS, EX-ALUNOS, PAIS E MESTRES – AAPM DA ESCOLA
SENAI “ ”

Capítulo I
Da Instituição, da Natureza e Finalidade da Associação de Alunos,
Ex-Alunos, Pais e Mestres.

Seção I
Da Instituição

Artigo 1º - A Associação de Alunos, Ex-Alunos, Pais e Mestres - AAPM, da Escola SENAI “ ”, doravante denominada AAPM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, sediada na , reger-se-á pelas presentes normas estatutárias e legislação pertinente.

Seção II
Da Natureza, Finalidade e Sede

Artigo 2º - A AAPM terá por finalidade apoiar a gestão da Escola no alcance de suas metas e promover a integração Escola-Comunidade.

Artigo 3º - A AAPM, entidade com objetivos sociais e educativos, não terá caráter político, racial ou religioso e nem finalidades lucrativas, sendo expressamente vedado o uso da sua denominação para estes fins.

Artigo 4º - Para a consecução dos fins a que se refere o artigo 2º, a AAPM se propõe a:

- I - colaborar com a direção do estabelecimento de ensino para atingir os objetivos educacionais colimados pela escola;
- II - mobilizar os recursos humanos, materiais e financeiros disponibilizados pela comunidade, para auxiliar a Escola, provendo condições que permitam:
 - a) a melhoria do ensino;
 - b) o desenvolvimento de atividades de assistência aos alunos; e,
 - c) a programação de atividades culturais e de lazer.
- III - apoiar a promoção de cursos, simpósios e estudos, a divulgação de conhecimentos tecnológicos e a edição de publicações técnicas e científicas; e,
- IV - estimular trabalhos nas áreas didático-pedagógica, assistencial e de pesquisa.

Parágrafo único - Para a consecução de seus objetivos, a AAPM poderá firmar contratos, acordos e convênios com pessoas jurídicas.

Artigo 5º - A sede da associação será na nº , na cidade de , Estado de São Paulo.

Capítulo II Do Patrimônio

Artigo 6º - Constituem o patrimônio da AAPM:

- I - dotação inicial atribuída por seus associados;
- II - bens móveis e imóveis; e,
- III - doações, legados, auxílios, subvenções e contribuições que lhe venham a ser destinados por quaisquer pessoas.

Parágrafo 1º - Compete à AAPM administrar seu patrimônio e dele dispor, de acordo com o estabelecido neste Estatuto.

Parágrafo 2º - A venda ou doação de bens imóveis da AAPM somente ocorrerá com a prévia autorização do Conselho Deliberativo, por aprovação de 2/3 de seus membros e após “referendo” da Assembleia Geral.

Artigo 7º - Os bens permanentes doados à associação ou por ela adquiridos serão identificados, contabilizados, inventariados e integrarão o seu patrimônio.

Artigo 8º - A AAPM aplicará seu patrimônio no Brasil, atendendo a critérios de segurança dos investimentos e manutenção do valor real do capital investido.

Parágrafo único - O patrimônio da AAPM não poderá ter aplicação diversa da estabelecida neste Estatuto.

Capítulo III Recursos Financeiros

Artigo 9º - Constituem receitas ordinárias da AAPM:

- I - as provenientes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;
- II - os juros bancários e outras rendas resultantes de operação de crédito de qualquer natureza;
- III - os usufrutos instituídos a seu favor; e,
- IV - as contribuições dos associados.

- Artigo 10 -* Constituem receitas extraordinárias da AAPM as subvenções do Poder Público e quaisquer auxílios de particulares destinados ao desempenho de suas atividades.
- Artigo 11 -* Os depósitos e movimentação do numerário serão feitos exclusivamente em nome da AAPM, junto a instituição bancária.
- Artigo 12 -* A contribuição a que se refere o inciso IV do artigo 9º será sempre facultativa.
- Parágrafo 1º -* O caráter facultativo das contribuições não isenta os associados do dever moral de, dentro de suas possibilidades, cooperar para a constituição do fundo financeiro da Associação.
- Parágrafo 2º -* O valor da contribuição dos associados deverá ser determinado e divulgado em até 60 (sessenta) dias antes do término do semestre letivo e será recolhido até o período de matrículas do semestre subsequente.
- Parágrafo 3º -* As contribuições serão depositadas em instituição bancária, em conta vinculada à AAPM, que só poderá ser movimentada, conjuntamente, pelo Diretor Executivo e Diretor Financeiro. Nas ausências ou impedimentos do Diretor Executivo, este será substituído pelo Vice-Diretor Executivo e nas ausências ou impedimentos do Diretor Financeiro, este será substituído pelo Vice -Diretor Financeiro.
- Artigo 13 -* A utilização dos recursos financeiros constará do plano anual de trabalho da AAPM.
- Parágrafo único -* A assistência ao aluno e a melhoria do Ensino terão prioridade na gestão de recursos.

Capítulo IV

Dos associados, seus direitos e deveres

Seção I

Dos Associados

- Artigo 14 -* O quadro social da AAPM, constituído por número ilimitado de associados, será composto de:
- I - Associados fundadores;
 - II - Associados natos;
 - III - Associados admitidos; e,
 - IV - Associados honorários.

- Parágrafo 1º - Serão associados fundadores, os presentes quando da criação da AAPM;
- Parágrafo 2º - Serão associados natos os alunos maiores de 18 (dezoito) anos, os pais de alunos, o Diretor, os docentes e os demais funcionários da Escola.
- Parágrafo 3º - Poderão ser associados admitidos os ex-alunos maiores de 18 (dezoito) anos e ex-funcionários da Escola, desde que concordes e aceitos conforme as normas do Conselho Deliberativo.
- Parágrafo 4º - Serão considerados associados honorários, a critério do Conselho Deliberativo, aqueles que tenham prestado relevantes serviços à educação e à AAPM.
- Parágrafo 5º - Os associados não respondem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela AAPM.

Seção II

Dos Direitos e Deveres

Artigo 15 - Constituem direitos dos associados:

- I - apresentar sugestões e oferecer colaboração aos dirigentes dos vários órgãos da AAPM;
- II - participar das atividades organizadas pela Associação;
- III - votar e ser votado nos termos do presente Estatuto;
- IV - solicitar, quando em Assembleia Geral, esclarecimentos a respeito da utilização dos recursos financeiros da AAPM;
- V - ter acesso ao Estatuto da AAPM, por meio de seus membros;
- VI - apresentar denúncia ou menção honrosa ao Conselho Deliberativo sobre qualquer ocorrência que diga respeito aos deveres dos associados; e,
- VII - é direito do associado demitir-se quando julgar necessário, protocolando junto à Secretaria da AAPM seu pedido de demissão.

Artigo 16 - Constituem deveres dos associados:

- I - defender, por atos e palavras, o bom nome da Escola e da AAPM;
- II - conhecer o Estatuto da AAPM;
- III - participar das reuniões para as quais forem convocados;
- IV - desempenhar, responsavelmente, os cargos e as missões que lhes forem confiados;
- V - concorrer para estreitar as relações de amizade entre todos os associados e incentivar a participação comunitária da Escola;
- VI - cooperar para a constituição do fundo financeiro da Associação;
- VII - prestar à AAPM serviços gerais ou de sua especialidade profissional, conforme suas possibilidades;

- VIII - zelar pela conservação e manutenção da área dos terrenos, das instalações e dos equipamentos escolares; e,
- IX - responsabilizar-se pelo uso dos prédios, de suas dependências e equipamentos, quando encarregados diretos da execução de atividades programadas pela AAPM.

Artigo 17 - O associado será eliminado do quadro social da AAPM, em caráter definitivo pela Diretoria Executiva, ou por determinação do Conselho Deliberativo, quando infringir quaisquer disposições estatutárias.

Parágrafo 1º - A eliminação será comunicada por escrito ao associado.

Parágrafo 2º - O associado eliminado poderá recorrer à Assembleia Geral, que lhe facultará ampla defesa.

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral, em seção extraordinária e secreta, se reunirá para a deliberação irrecorrível.

Capítulo V

Da Administração e Organização

Seção I

Dos Órgãos Diretores

Artigo 18 - A AAPM será administrada pelos seguintes órgãos:

- I - Assembleia Geral;
- II - Conselho Deliberativo;
- III - Diretoria Executiva; e,
- IV - Conselho Fiscal.

Artigo 19 - O exercício das funções do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal, das Diretorias, Vice- Diretorias e Secretaria não será remunerado.

Seção II

Da Assembleia Geral

Artigo 20 - A Assembleia Geral será constituída pela totalidade dos associados.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor da Escola ou seu substituto, em caso de ausência ou impedimento, que indicará um secretário para lavrar a ata e registrar as deliberações.

- Parágrafo 2º - A Assembleia Geral realizar-se-á, em 1ª convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados ou, em 2ª convocação, trinta minutos depois, com qualquer número de associados presentes, sendo este o “quorum” para tomada de decisões.
- Parágrafo 3º - A Assembleia Geral será convocada ordinariamente pelo Diretor da Escola ou por seu substituto, em caso de ausência ou impedimento, uma vez a cada semestre.
- Parágrafo 4º - A Assembleia Geral será convocada extraordinariamente pelo Diretor da Escola ou por seu substituto em caso de ausência ou impedimento ou por, no mínimo, 2/3 dos membros do Conselho Deliberativo ou ainda por, no mínimo, 1/5 dos associados.

Artigo 21 - Compete à Assembleia Geral:

- I - aprovar a criação e a dissolução da AAPM, bem como reforma do Estatuto;
- II - eleger e destituir o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal, nos termos do presente estatuto;
- III - propor e aprovar a forma das contribuições dos associados, obedecendo ao que dispõe o artigo 12 do presente estatuto;
- IV- referendar a venda ou doação de bens imóveis da AAPM, mediante aprovação prévia do Conselho Deliberativo;
- V - reunir-se quando convocada;
- VI - eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva, nos termos do presente Estatuto e divulgar os nomes escolhidos a todos os associados;
- VII - suspender a Diretoria Executiva ou qualquer de seus membros de suas funções, quando verificar que sua ação é lesiva aos interesses da AAPM; e,
- VIII - votar e aprovar as contas e os balancetes semestrais e anuais apresentados pela Diretoria Executiva, depois de aprovados pelo Conselho Fiscal.

- Parágrafo único - Para as deliberações a que se referem os incisos I, II e VI, é exigido o voto concorde de 2/3 dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação sem a maioria absoluta, ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

Artigo 22 - O edital de convocação da Assembleia Geral, com oito dias de antecedência da reunião, conterá:

- I - dia, local e hora da 1ª e da 2ª convocações; e,
- II - ordem do dia.

- Parágrafo único - Além de ser afixado no quadro de avisos da Escola, será obrigatório o envio de circular aos associados.

Seção III

Do Conselho Deliberativo

Artigo 23- O Conselho Deliberativo, órgão normativo, administrativo e de controle da administração da AAPM, compõe-se de 9 (nove) membros, que serão eleitos em Assembleia Geral, a saber:

- I - o Diretor da Escola;
- II - o substituto imediato do Diretor da Unidade escolar;
- III - dois representantes do Corpo Docente da Unidade Escolar;
- IV - um representante da Área de Apoio ao Ensino da Unidade Escolar;
- V - dois pais de alunos; e
- VI - dois componentes do Corpo Discente, maiores de 18 anos.

Parágrafo único – O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Deliberativo serão também eleitos em Assembleia Geral, dentre os membros eleitos a que se referem os incisos I a VI.

Artigo 24 - Será de 1 (um) ano o mandato dos membros do Conselho Deliberativo e gratuito seu exercício.

Parágrafo 1º - Constitui pressuposto de permanência dos membros do Conselho Deliberativo a que se referem os incisos I a IV, do artigo 23 deste Estatuto, o efetivo exercício de seus respectivos cargos.

Parágrafo 2º - Os Conselheiros, em caso de ausências ou impedimentos, deverão ser substituídos, de forma incontinenti, pelos novos ocupantes, por designação do Presidente do Conselho Deliberativo e “referendo” da Assembleia Geral.

Parágrafo 3º - Com referência aos Conselheiros mencionados no artigo 23, será permitida apenas a recondução sucessiva dos membros a que se referem os incisos I a IV.

Parágrafo 4º - Com referência aos Conselheiros mencionados no artigo 23, perderá o mandato o membro que faltar a três reuniões consecutivas sem causa justificada.

Artigo 25 - Os membros do Conselho Deliberativo deverão ser eleitos até 30 (trinta) dias antes da extinção dos respectivos mandatos.

Artigo 26 - Ao Conselho Deliberativo compete:

- I - aprovar o plano anual de trabalho;
- II - aprovar normas para a concessão de auxílios diversos aos alunos carentes e para o funcionamento dos Departamentos Cultural, Sócio-Recreativo e Esportivo da AAPM;
- III - aprovar os critérios para aquisição de serviços e materiais necessários às atividades da AAPM;
- IV - reunir-se ordinariamente pelo menos 1 (uma) vez por trimestre e extraordinariamente, sempre que convocado por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros. O Conselho Deliberativo reunir-se-á com a presença mínima de 8 (oito) membros, em primeira convocação. Caso não haja “quorum” reunir-se-á 30 (trinta) minutos depois, com qualquer número de presentes; e,
- V - realizar estudos e emitir pareceres sobre propostas de alteração de qualquer natureza, inclusive administrativo, do presente estatuto, submetendo-os à apreciação da Diretoria Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Departamento Regional de São Paulo.

Parágrafo único - As decisões do Conselho Deliberativo somente terão validade se aprovadas em Assembleia Especialmente convocada por maioria absoluta (1ª convocação) ou maioria simples (2ª convocação) de seus membros.

Artigo 27 - Compete ao Presidente do Conselho Deliberativo:

- I - convocar e presidir as reuniões do Conselho Deliberativo;
- II - indicar um Secretário, dentre os membros do Conselho Deliberativo ou dos membros da Assembleia Geral;
- III - exercer a prerrogativa do voto de desempate, quando necessário;
- IV - prover, interinamente, qualquer cargo que vier a vagar no Conselho Deliberativo e no Conselho Fiscal; e,
- V - informar os Conselheiros sobre as necessidades da Escola e dos alunos.

Parágrafo Único - No seu impedimento ou ausência, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, ou por um dos seus membros, eleito na ocasião, na hipótese de ausência ou impedimento de ambos.

Artigo 28 - Compete ao Vice-Presidente do Conselho Deliberativo:

- I - substituir o Presidente em todas as suas ausências ou impedimentos; e,
- II - colaborar com o Presidente em todas as suas atribuições.

Seção IV

Da Diretoria Executiva

Artigo 29 - A Diretoria Executiva é o órgão de administração da AAPM, cabendo-lhe cumprir a legislação pertinente, este Estatuto e as deliberações do Conselho Deliberativo.

Artigo 30 - A Diretoria Executiva será composta de:

- I - Diretor Executivo
- II - Vice-Diretor Executivo
- III - Diretor Financeiro
- IV - Vice-Diretor Financeiro
- V - Diretor Social
- VI - Secretário

Parágrafo 1º - É vedada a acumulação de cargos de Diretor.

Parágrafo 2º - É vedada a indicação do Diretor da Escola e seu substituto para compor a Diretoria Executiva.

Artigo 31 - Será de 1 (um) ano o mandato dos membros da Diretoria Executiva, permitindo-se reconduções, sendo gratuito o seu exercício.

Artigo 32 - As decisões da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria simples.

Parágrafo único - Das decisões da Diretoria Executiva, caberá recurso ao Conselho Deliberativo.

Artigo 33 - Compete à Diretoria Executiva:

- I - elaborar o plano anual de trabalho, submetendo-o à aprovação do Conselho Deliberativo;
- II - colocar em execução o plano aprovado e mencionado no inciso anterior;
- III - dar à Assembleia Geral conhecimento sobre:
 - a) as atividades desenvolvidas pela AAPM;
 - b) as normas estatutárias que regem a AAPM; e,
 - c) a programação e aplicação dos recursos do Fundo Financeiro.
- IV - elaborar normas a serem submetidas ao Conselho Deliberativo, visando à concessão de auxílios diversos aos alunos carentes e ao funcionamento dos Departamentos Cultural, Sócio-Recreativo e Esportivo da AAPM;
- V - depositar em conta da AAPM, em instituição bancária, todos os valores recebidos;
- VI - tomar medidas de emergência não previstas no Estatuto, submetendo-as ao "referendo" do Conselho Deliberativo;
- VII - reunir-se, ordinariamente, pelo menos 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente,

quando convocada por seu Diretor Executivo ou por solicitação de 2/3 (dois terços) de seus membros;

- VIII - estabelecer critérios, a serem submetidos ao Conselho Deliberativo, para a aquisição de serviços e materiais solicitados pela AAPM;
- IX - receber bens, doações e subvenções, mediante autorização do Conselho Deliberativo; e,
- X - admitir e demitir associados.

Artigo 34 - Compete ao Diretor Executivo:

- I - representar a AAPM ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente, podendo delegar poderes a um ou mais procuradores;
- II - convocar as reuniões da Diretoria Executiva, presidindo-as;
- III - fazer cumprir as deliberações do Conselho Deliberativo;
- IV - apresentar ao Conselho Deliberativo relatório trimestral das atividades da Diretoria;
- V - prover, interinamente, os cargos que vierem a vagar na Diretoria Executiva, exceto o de Vice-Diretor Executivo, cujo provimento interino ficará a cargo do Conselho Deliberativo em Assembleia Geral ;
- VI - resolver todos os casos omissos neste Estatuto, depois de ouvir os demais diretores e o Conselho Deliberativo;
- VII - usar o voto de desempate, quando necessário,
- VIII - movimentar, conjuntamente com o Diretor Financeiro, os recursos financeiros da Associação;
- IX - admitir e/ou dispensar pessoal de seu quadro, obedecendo às decisões do Conselho Deliberativo;
- X - autorizar e visar as contas a serem pagas;
- XI - submeter os balancetes semestrais e o balanço anual ao Conselho Deliberativo, após apreciação escrita do Conselho Fiscal;
- XII - rubricar e publicar em quadro próprio da AAPM o relatório trimestral, os balancetes semestrais e o balanço anual;
- XIII - assinar convênios, contratos e acordos, autorizados pelo Conselho Deliberativo;
- XIV - autorizar a concessão de auxílios aos alunos carentes, nos termos das normas aprovadas pelo Conselho Deliberativo; e,
- XV - atribuir outras atividades aos demais membros da Diretoria, na esfera de sua competência.

Artigo 35 - Compete ao Vice-Diretor Executivo:

- I - substituir o Diretor Executivo em todas as suas ausências ou impedimentos; e,
- II - colaborar com o Diretor Executivo em todas as suas atribuições.

Artigo 36 - Compete ao Diretor Financeiro:

- I - efetuar, por meio de cheques, em conjunto com o Diretor Executivo, os pagamentos em conformidade com a aplicação planejada dos recursos;
- II - elaborar o orçamento da associação;
- III - apresentar ao Diretor Executivo os balancetes semestrais comprobatórios de receita e despesa;
- IV - informar os órgãos Diretores da AAPM sobre a situação financeira da Associação;
- V - substituir o Vice-Diretor Executivo nas suas ausências ou impedimentos;
- VI - arquivar notas fiscais, recibos e documentos relativos aos valores recebidos e pagos pela Associação apresentando-os para elaboração da escrituração contábil;
- VII - fiscalizar a realização de todas as despesas da AAPM, providenciando para que o orçamento seja cumprido e autorizar os pagamentos determinados pelo Diretor Executivo;
- VIII - verificar o movimento do caixa, conferindo o saldo deste e examinando os comprovantes;
- IX - ter sob sua guarda e responsabilidade os valores pertencentes à AAPM, providenciando o seu depósito em estabelecimentos bancários e efetuando as aplicações financeiras necessárias à manutenção do seu poder de compra; e,
- X - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor Executivo ou Conselho Deliberativo.

Artigo 37 - Compete ao Vice-Diretor Financeiro:

- I - substituir o Diretor Financeiro em todas as suas ausências ou impedimentos; e,
- II - colaborar com o Diretor Financeiro em todas as suas atribuições.

Artigo 38 - Compete ao Diretor Social:

- I - promover a integração Escola-Comunidade por meio de atividades sociais, culturais e esportivas e de assistência ao aluno e à comunidade;
- II - promover a eleição de representantes do corpo discente, eleitos por seus pares, para auxiliá-los na coordenação das atividades dos Departamentos Cultural, Sócio-Recreativo e Esportivo da AAPM; e,
- III - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor Executivo ou Conselho Deliberativo.

Artigo 39 - Compete ao Secretário:

- I - lavrar as atas das reuniões da Diretoria Executiva;
- II - dirigir os trabalhos da secretaria;
- III - encaminhar à Diretoria as propostas dos associados;
- IV - redigir circulares e relatórios e encarregar-se da correspondência social;
- V - assessorar o Diretor Executivo nas matérias de interesse da Associação;
- VI - organizar e zelar pela conservação do arquivo da AAPM, mantendo organizado e atualizado o cadastro dos associados da AAPM;

- VII - manter atualizado o cadastro dos bens, móveis e imóveis, da AAPM; e,
- VIII - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor Executivo ou Conselho Deliberativo.

Artigo 40 - Os Diretores terão, ainda, por função:

- I - comparecer às reuniões da Diretoria Executiva, discutindo e votando;
- II - constituir comissões auxiliares com vistas à racionalização de atividades; e,
- III - elaborar contratos e celebrar convênios com a aprovação do Conselho Deliberativo.

Seção V

Do Conselho Fiscal

Artigo 41 - O Conselho Fiscal deverá ser constituído por 1 (um) funcionário e 2 (dois) pais de alunos e seus respectivos suplentes, tendo por atribuição:

- I - verificar as contas, os balancetes semestrais e anuais, apresentados pela Diretoria Executiva, emitindo parecer por escrito e encaminhando-os ao Conselho Deliberativo para aprovação;
- II - examinar a qualquer tempo, os livros e documentos da Diretoria Executiva;
- III - dar parecer, a pedido da Diretoria Executiva ou Conselho Deliberativo, sobre resoluções que afetam as finanças da Associação; e,
- IV - solicitar ao Conselho Deliberativo, se necessária, a contratação de serviços de auditoria contábil.

Parágrafo 1º - O mandato dos Conselheiros será de 1 (um) ano, sendo permitida a recondução e gratuito o seu exercício.

Parágrafo 2º - Os Conselheiros, em caso de ausência ou impedimento, deverão ser substituídos, de forma incontinenti, por novos ocupantes, por designação do Presidente do Conselho Deliberativo e “referendo” da Assembleia Geral.

Artigo 42 - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada semestre e, extraordinariamente, mediante convocação da maioria de seus membros ou da Diretoria Executiva.

Capítulo VI

Da Intervenção

Artigo 43 - Sempre que as atividades da AAPM venham a contrariar as finalidades definidas neste Estatuto ou ferir a legislação vigente, poderá haver

intervenção, mediante solicitação da Direção da Escola ou de membros da Associação, por meio de Assembleia Geral designada especialmente para este fim e referendada pela Diretoria Regional do SENAI-SP.

Parágrafo único - O processo regular de apuração dos fatos será feito por comissão designada pelo Diretor do Departamento Regional do SENAI-SP.

Capítulo VII

Das Disposições Finais

Artigo 44 - Ocorrida vacância de cargos do Conselho Deliberativo ou do Conselho Fiscal, o preenchimento dos mesmos processar-se-á por decisão da Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim.

Parágrafo 1º - O preenchimento a que se refere este artigo visa tão somente à conclusão de mandato da vaga ocorrida.

Parágrafo 2º - Aos Conselheiros mencionados no artigo 23 deste Estatuto e aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, será facultado o direito de renúncia ao mandato, desde que devidamente justificada e referendada pela Assembleia Geral.

Artigo 45 - No exercício de suas atribuições, a AAPM manterá rigoroso respeito às disposições legais de modo a assegurar a observância dos princípios que norteiam a filosofia e política educacionais.

Artigo 46 - Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais assumidas em nome da AAPM.

Artigo 47 - O exercício financeiro da AAPM coincidirá com o ano civil.

Artigo 48 - Para desempenho de suas atividades a AAPM poderá contratar empregados sujeitos ao Regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e contratar serviços.

Artigo 49 - O presente Estatuto poderá ser reformado no seu todo ou em parte, inclusive na sua administração, exigido o voto concorde de 2/3 dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação sem a maioria absoluta, ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

Artigo 50 - A AAPM terá prazo indeterminado de duração e somente poderá ser extinta, a qualquer tempo, por deliberação da Diretoria Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Departamento Regional de São Paulo e referendando a Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 dos presentes (1º convocação) ou com 1/3, 30 (trinta) minutos após (2º convocação). A AAPM também poderá ser extinta por determinação legal.

Parágrafo único - Ocorrendo a hipótese prevista no “caput” deste artigo, os bens da AAPM passarão a integrar o patrimônio da Escola SENAI.” ”.

Artigo 51 - É vedado aos Conselheiros e Diretores:

- I - receber qualquer tipo de remuneração; e,
- II - estabelecer relações contratuais com a AAPM.

Artigo 52 - Este Estatuto entrará em vigor na data de seu registro no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Secretário(a)